

## MOÇÃO

### **POR UMA ADSE PÚBLICA E SOLIDÁRIA**

**A ADSE é uma conquista dos trabalhadores que tem de ser defendida!**

A ADSE é um importante subsistema complementar de saúde. É um direito dos trabalhadores da Administração Pública, que se encontra ameaçado pelas políticas de direita e por interesses privados inaceitáveis, nomeadamente do sector empresarial da saúde, que vê na ADSE uma oportunidade de lucros exorbitantes e um mercado potencial se privatizado.

A ADSE não é um privilégio pois os trabalhadores e os aposentados da Administração Pública pagam praticamente a totalidade do subsistema, além dos impostos que pagam em sede de IRS e que entram no OE que suporta o SNS.

A ADSE sofreu e sofre um forte ataque das políticas de direita que a procuram alienar, transformando-a numa área de negócio para o enriquecimento de alguns que procuram utilizá-la como instrumento de ampliação do negócio privado da saúde no país.

De igual modo assiste-se diariamente a fortes ataques ao Serviço Nacional de Saúde debilitado por anos e anos de políticas de direita e que como grande conquista do Portugal de Abril tem que ser defendido por todos nós.

**O Plenário de Sindicatos da Frente Comum afirma que continuará a bater-se pelo SNS e por uma ADSE pública e solidária, dos e para os trabalhadores e aposentados, pelo que combaterá qualquer medida que ponha em causa estes princípios e neste sentido reafirmamos o nosso empenho em lutar:**

- Pela inclusão na ADSE dos trabalhadores em contrato individual de trabalho nas Administrações Públicas, bem como os trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas (CTFP) que por desconhecimento não se inscreveram e os que saíram e

## Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

pretendem regressar, medidas aprovadas no Conselho Geral de Supervisão e que o governo protela a sua implementação o que só contribui para estrangular financeiramente a ADSE;

- Por uma gestão séria e ao serviço dos trabalhadores e aposentados da administração Pública nomeadamente através do combate persistente à faturação fraudulenta e à permanente chantagem dos cinco grandes grupos privados da saúde (Luz, CUF, Lusíadas, Trofa e Grupo HPA);
- Por um controle eficaz da legislação em vigor e das convenções contratualizadas com os diversos prestadores de serviços de saúde por forma a garantir a qualidade dos serviços que prestam aos beneficiários e a sua não discriminação;

### E exigimos que:

- O Estado enquanto entidade empregadora assuma as suas responsabilidades no domínio da saúde dos seus trabalhadores contribuindo também para a ADSE e deste modo aliviar a carga quase exclusivamente suportada pelos trabalhadores e aposentados;
- A ADSE deixe de financiar as políticas sociais que não lhe competem, pois já alivia, na prática, a “pressão” sobre o SNS, que enfrenta sérias dificuldades devido às políticas de direita;
- O Governo ponha fim à excessiva governamentalização da ADSE, IP, deixando de fazer cativações e cortes orçamentais que estrangulam a ADSE e a fragilizam no combate à fraude e ao roubo e que pague as enormes dívidas que tem com a ADSE (mais de 180 milhões de euros), passado a suportar as políticas sociais do governo quanto aos isentos, que estão a ser pagos com os descontos dos trabalhadores;
- Sejam rapidamente assinadas mais convenções de forma a permitir o acesso fácil a cuidados de saúde a todos os beneficiários em qualquer região do país onde vivam;
- O Governo e o Conselho Diretivo da ADSE tomem medidas para acabar com a discriminação dos beneficiários que se verifica em muitos hospitais privados com convenções com a ADSE e que esta tenha uma política de intervenção permanente, visando esclarecer os beneficiários dos seus direitos (o que não tem acontecido);

## Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública

- As demais entidades competentes (Autoridade da Concorrência, Entidade Reguladora da Saúde, entre outras) intervenham para por cobro à cartelização dos grandes grupos privados da saúde, organizados na Associação Portuguesa de Hospitalização Privada, a qual tem ameaçado a ADSE, criando instabilidade entre os beneficiários;
- O governo intervenha no combate à chantagem pública dos grandes grupos privados da saúde sobre os beneficiários e sobre a própria ADSE.

Finalmente, o Plenário de dirigentes, delegados e ativistas sindicais dos sindicatos da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública manifesta o seu apoio e solidariedade aos seus representantes no Conselho Geral de Supervisão e no Conselho Diretivo da ADSE e decide desenvolver ações de esclarecimento e mobilização junto dos trabalhadores em defesa da ADSE.

Lisboa, 15 de Janeiro de 2019

A enviar

Para o Ministério das Finanças e da Saúde

Para o 1º Ministro

Para o Presidente da República

Para a Assembleia da República e Grupos Parlamentares

Para Autoridade da Concorrência, Provedor de Justiça e Procuradoria Geral da República e Entidade Reguladora da Saúde e aos Órgãos da ADSE